

## Ensino de filosofia e currículo

Dr. Altair Alberto Fávero<sup>1</sup>  
Ms. Alcemira Maria Fávero<sup>2</sup>

ROCHA, Ronai Pires da. Ensino de filosofia e currículo.  
Petrópolis: Vozes, 2008, 208p.

### Resenha

No livro *Ensino de filosofia e currículo*, o professor Ronai da Rocha aprofunda os debates sobre o ensino de filosofia na perspectiva do contexto da escola, da didática e do currículo. Para tanto, aborda um conjunto de temas, tais como a questão dos critérios do professor que orientam o professor quando da seleção de conteúdos e atividades escolares, o equilíbrio que deve haver entre as condições de ensino do professor e os direitos de aprendizagem do aluno, as polêmicas sobre o currículo mínimo, o debate contemporâneo sobre a natureza da disciplina e, sobretudo, a questão das relações entre os conteúdos da filosofia com os conteúdos das demais disciplinas e atividades escolares. A intenção de Ronai não é fornecer um receituário sobre como ensinar filosofia, mas, “contribuir para com a discussão da agenda que precisamos cumprir nesses debates, recuperando tempo e temas perdidos” (p. 24). Dentre as urgências está a necessidade de revisar o que pensamos ser um currículo escolar com filosofia.

No primeiro capítulo, intitulado “Por uma transversalidade pedestre”, Ronai aborda a relação da filosofia com as outras disciplinas do currículo escolar com base nas “Orientações Curriculares para o Ensino Médio” propostas pelo MEC e elabora uma espécie de “taxionomia das disciplinas escolares”, mostrando que a filosofia ocupa um espaço especial, o qual poderia ser caracterizado como a disciplina que possui curiosidade sobre todas as demais curiosidades. Ao apresentar essa taxonomia, o autor defende a tese de que a presença curricular da filosofia “não está centrada nos jargões usuais sobre formação de consciência crítica e assemelhados”, mas, sim, “atende a uma exigência singular de explorações e curiosidades humanas; se essas curiosidades não forem acolhidas na aula de filosofia elas ficam sem tratamento no ambiente escolar” (p. 33). A filosofia, como área singular de reflexão, ocupa-se de temas e questões fundamentais da experiência humana. Logo, privar o estudante de ter acesso a essas questões significa roubar-lhe “um espaço de formação que ele tem direito, sem o qual surge uma lacuna em sua vida” (p. 34). Na parte final do capítulo Ronai exemplifica com alguns conceitos de que maneira é possível efetivar uma transversalidade pedestre entre a filosofia e as demais

disciplinas, mostrando que “a filosofia, pela sua natureza e história, pode naturalmente vir a ser um momento curricular de percepção da unidade, da complexidade e da riqueza do espírito humano” (p. 42).

No capítulo “Ambiguidades da filosofia” Ronai analisa a problemática do ensino de filosofia considerando a superestima que tem recebido o conceito de filosofia e a impossibilidade de se chegar a um acordo em torno do próprio conceito. Afirma que no próprio documento dos PCN não é possível identificar uma definição tranquila de Filosofia. “Como descrição da realidade pedagógica do ensino de filosofia, o texto é perfeito; como um programa de trabalho, parece ser o anúncio de um desastre, uma forma de dizer que a nossa política para o ensino de filosofia resume-se nisso: vamos fazer o possível e torcer para que dê certo”(p. 46). Ao tratar dos conteúdos mínimos para o ensino de Filosofia, Ronai ressalta os dois polos da filosofia caracterizados pelas duas propriedades (sistematicidade e imaginação), ou duas dimensões (conceito escolástico de filosofia e conceito cósmico de filosofia) indicadas por Kant na *Crítica da Razão Pura*. Ao tratar da noção minimalista da “consciência crítica”, Ronai chama a atenção para o fato de que muitos defendem a presença da filosofia no currículo escolar por ser uma disciplina capaz de formar a consciência crítica dos alunos, o que, em sua análise, não se sustenta, porque as demais áreas de conhecimentos escolares também têm esta pretensão. Ainda neste capítulo, Ronai faz três distinções do termo “filosofia” (p. 61): a) há um significante “filosofia”, presente na cultura cotidiana com múltiplos significados; b) há uma disciplina de natureza acadêmica, escrita com letra maiúscula; c) há uma filosofia, com letra minúscula, entre os espaços de exploração da vida. Essas distinções são importantes porque possibilitam combater certas ambiguidades presentes no ensino de filosofia. Para tanto, ao final do capítulo, Ronai analisa esta problemática com base no conceito de “objeto transicional” de David Winnicott.

No terceiro capítulo, denominado “Estudos curriculares e filosofia”, Ronai chama a atenção, especialmente, dos professores de filosofia para os estudos curriculares. Para o autor, nenhum professor pode se eximir de uma leitura atenta e cuidadosa dos textos que integram os Parâmetros Curriculares Nacionais. É preciso identificar os temas, os conceitos, as atividades transversais na sua disciplina e dar-se conta da riqueza presente nas demais para, assim, perceber a potencialidade da filosofia para transitar pelas diversas áreas da experiência humana. O autor faz um breve relato histórico de como a ideia de currículo foi sendo administrada do Brasil, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, quando assumiu o modelo de “Currículo por objetivos”. Ronai explicita a dificuldade que ainda existe para conceituar “currículo”. A maioria dos professores entende-o apenas como uma listagem de conteúdos, geralmente retirados de manuais didáticos. Este capítulo oferece bons subsídios para os professores, em suas escolas, refletirem adequadamente sobre a organização curricular e sobre os aspectos a serem levados em conta no planejamento curricular, além de indicar os documentos oficiais que prescrevem e/ou sugerem as orientações curriculares para organização do ensino.

Com o título “Didática mínima”, Ronai oferece no quarto capítulo uma reflexão bem fundamentada para quem quiser pensar a relação entre a disciplina de filosofia e uma didática adequada. O autor defende a ideia de que a filosofia deve ser pensada como disciplina num contexto de currículo, como as demais disciplinas que formam o currículo escolar. O fato é que a Filosofia retorna, após 22 anos, à escola – de forma obrigatória no Ensino Médio – e as exigências que se colocam à disciplina diferem daquelas das demais áreas de conhecimento, a começar pela elaboração de uma didática apropriada e pelo “acordo” sobre a concepção de filosofia que se deverá ensinar aos jovens. Além disso, a legislação brasileira concebe o componente curricular como fundamental para a educação da cidadania. Provoca Ronai: Por que não “educação física e cidadania”, pois a educação física aparece como um chão fecundo para a educação cidadã em razão de, entre outras atividades, lidar com os esportes coletivos e em público. A LDB indica a presença de conteúdos de filosofia no processo seletivo das universidades, o que, segundo o autor, diminuiria a ênfase em debates e questões amplas, que poderiam fazer da sala de aula um lugar de discussão comprometida entre os “parceiros da conversa”. Pergunta-se: quais conteúdos? Quais conhecimentos? À filosofia cabe uma função de dupla dimensão: conhecimento e atitude. Se os conteúdos de filosofia dizem respeito a temas gerais que concernem a todos os seres humanos, é preciso se pensar uma didática que aproxime os temas universais aos referenciais singulares e, ao mesmo tempo, provocar o afastamento necessário para discuti-los, tendo em vista a natureza da disciplina de Filosofia. Ao se entender a Filosofia também como uma atitude, tem-se de dispor de mecanismos de argumentação e de análise que permitam transformar crenças em compreensão e investigação. Para Ronai, compreender os mecanismo que mostram o conceito que desempenha um papel operatório é o caminho para se pensar a natureza da didática para a filosofia. Também neste capítulo, o autor reforça a sua postura de que a disciplina de Filosofia deve valorizar as demais disciplinas e atividades escolares, para que não venha a ser apenas mais um componente de um currículo escolar fragmentado.

O capítulo cinco, “A teoria dos campos conceituais e a didática da Filosofia”, apresenta de forma sintetizada a teoria dos campos conceituais desenvolvida por Gerard Vergnaud. Ronai considera importante este estudo, porque, ao analisar o ensino de Filosofia ou de qualquer outra área do conhecimento presente no currículo escolar, é preciso prestar conta dos saberes que dizem respeito ao desenvolvimento humano. O ponto de partida da teoria dos campos conceituais é a compreensão de que os seres humanos relacionam-se consigo mesmos, com os outros e com a realidade por meio de dispositivos não genéticos. A aprendizagem humana é organizada por meio de “esquemas”, que são combinados, alterados e descombinados. À medida que a criança se depara com situações problemas, o conceito vai sendo elaborado. Cada pessoa concebe, apropria-se e recria os conceitos que usa cotidianamente. É fundamental que se compreenda que o conceito não se restringe a uma definição, mas, fundamentalmente, funciona como solução de problemas. A formação de conceitos é um processo que ocorre dentro de uma variedade de contextos, ou seja, um campo conceitual diz respeito a um conjunto de situações com que se lida para organizar as experiências cotidianas. A filosofia ocupa-se, entre outras coisas, com conceitos fundamentais, teóricos e práticos. Por essa razão, ao se pensar o ensino de filosofia, o ponto de partida são

os conceitos trazidos pelos alunos, que, quando debatidos a partir da proposta do professor, podem se tornar o ponto de chegada. O processo argumentativo que examina pontos de vista, analisa paradoxos, exige a exposição de ideias e de leituras é fundamental para tematizar os conceitos que sustentam os juízos já elaborados. Com a reflexão filosófica cria-se um espaço para transformar crenças silenciosas em compreensão e investigação.

No sexto capítulo, ao tratar de “filosofia e infância”, Ronai critica sucintamente um certo modismo que se criou no Brasil sobre filosofia para crianças e também a concepção idealizada da criança “boazinha” e inocente. Para o autor, a filosofia com crianças é uma possibilidade, apesar da sua desconfiança, desde que se entenda que a criança está interessada em examinar os conceitos que está aprendendo. A filosofia se constituiria em uma *atividade criterial* de esclarecimento de ideias e conceitos; trata-se uma de uma parte da filosofia que é habilidade de argumentar. A fim de demonstrar essa capacidade das crianças de apontarem problemas conceituais, os quais têm interesse em esclarecer, Ronai expõe relato intitulado “As histórias de Laura”. Esses relatos podem ser lidos como uma corroboração para compreender a Filosofia como uma atividade de esclarecimento dos conceitos que estruturam o modo como cada pessoa concebe o mundo, o outro e a si mesma. Autores como Gareth Matews e Vygotsky aparecem no texto como autoridades que permitem a afirmação de que as crianças fazem “algo parecido com Filosofia”.

No sétimo capítulo, o autor oferece *um ensaio de classificação de áreas de conhecimento*. Uma investigação informal realizada com estudantes de primeira a quarta série e como professores de séries iniciais permitiu-lhe, com base na constatação das preferências das crianças em relação ao gosto pelas disciplinas do currículo, pensar sobre algumas características internas das áreas do conhecimento e as possíveis relações destas com o mundo vivido da criança. Esse raciocínio levou o autor a refletir sobre modelos de classificação das ciências no planejamento curricular. Assim a didática deveria levar em conta as características específicas de cada área e as relações entre elas para se projetar um currículo interdisciplinar. Tendo como referência a semiótica sugerida por Morris, Ronai propõe a seguinte classificação: “ciências sintáticas”, “ciências semânticas” e “ciências pragmáticas”. No eixo sintático estão as lógicas e as matemáticas que investigam as relações entre os signos; o eixo semântico diz respeito à verdade e à falsidade dos enunciados sobre o mundo (astronomia, física, química) e no eixo pragmático, o ser humano é tomado como ser de sentido (psicologia, história, economia). Para quem se ocupa com questões didáticas a utilidade de um modelo como este oferece uma estrutura para pesquisas sobre atividades cognitivas complexas. Este modelo de classificação das ciências pode servir, também, de inspiração para uma discussão mais situada sobre as áreas de alfabetização e de estudo sociais, consideradas menos prazerosas pelas crianças.

No último capítulo “Sobre filosofia e linguagem”, Ronai frisa o que vem expondo ao longo do livro, de que o ensino da disciplina de Filosofia deve levar em conta o contexto dos conhecimentos e manter uma atitude de busca de interação com os demais componentes curriculares; que os profissionais de filosofia podem e devem

desenvolver estudos de didática, como mostrou pela tradição francesa ao apresentar a teoria dos campos conceituais. E ainda, no nível médio de escolarização, a Filosofia tem suas características próprias não podendo ser tratada como uma versão palatável do ensino universitário; logo os conhecimentos para esta faixa etária devem ter conexão com os processos de exploração, crescimento e experimentação conceitual, além da observação das características psicológicas, culturais e sociais dos estudantes. Para encerrar a obra apresenta um exercício de interação entre as disciplinas de Filosofia e Língua Portuguesa, analisando aspectos fundamentais da linguagem em sua morfologia, sintaxe, relacionando-a à construção mental de ideias, à formação de conceitos e ao pensamento.

### **Notas de referência**

1. Doutor em Educação pela UFRGS, mestre em Filosofia pela PUCRS, professor e pesquisador do Mestrado em Educação e do Curso de Filosofia da UPF, presidente do NUEP. E-mail: <favero@upf.br>.
2. Mestre em Educação pela UFRGS, graduada em Filosofia e pedagogia pela UPF, professora da Notre Dame - Menino Jesus e assessor do NUEP. E-mail: <mmfavero@yahoo.com>.